



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 008/2025

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE 1.

1.1. Trata-se da eventual e futura aquisição de produtos para Vigilância Sanitária e Ambiental do Município. Esses produtos incluem larvicidas, raticidas e inseticidas para uso dos Agentes dos departamentos supracitados e tem por objetivo o combate e controle de pragas, como mosquitos da dengue e também ratos, baratas e demais insetos que podem apresentar problemas para os prédios públicos e no município em geral.

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2.

- A contratação de que trata o presente Estudo Técnico Preliminar -2.1. ETP está prevista no Documento de Formalização de Demanda - DFD encaminhado ao Departamento de Licitações e está compatibilizada com o Plano de Contratações Anual - PCA para o ano de 2025, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- Cabe salientar que a referida contratação está alinhada ao Plano 2.2 Plurianual - PPA 2022/2025, dentro do Programa 0120 Imbé para se viver sempre bem e com saúde que tem por objetivo a manutenção de todos os serviços do SUS disponibilizados pelo município, nas Ações:
 - 2511 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
- 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- **REGISTRO ENTIDADE PROFISSIONAL:** 3.1.
- 3.1.1. Não se aplica.
- VISITA/VISTORIA TÉCNICA: 3.2.
- Não se aplica. 3.2.1.
- **CERTIFICADOS DE QUALIDADE:** 3.3.
- Quando necessário apresentar: 3.3.1.
 - Certificado conforme as normas vigentes ABNT/NBR.
 - Certificado de boas práticas de fabricação.
- REGISTROS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES: 3.4.
- Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária Anvisa de produtos relacionados à saúde; para o comércio
- Autorização de Funcionamento de Empresa AFE, expedida 3.4.2 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da sede do licitante;







- **3.4.3 Alvará Sanitário da Licitante,** emitido por órgão da Vigilância Municipal /Estadual da sede da licitante.
- 3.4.4 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal localização e funcionamento), relativo ao domicílio ou sede do pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.5. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

- 3.5.1. O licitante deverá apresentar, na fase de habilitação, Atestado de Capacidade Técnica, em seu nome, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de material compatível com o objeto deste ETP.
- 3.6. DECLARAÇÃO ESPECÍFICA:

3.6.1. Não se aplica.

3.7. SUSTENTABILIDADE:

- 3.7.1. a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, preferencialmente, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT:
- b) que sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem biodegradáveis, recicladas ou de fontes renováveis, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 3.8. REQUISITOS TECNOLÓGICOS DE TIC:

3.8.1. Não se aplica.

3.9. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA PROPOSTA DE PREÇO:

3.9.1. Durante a proposta de preço, o licitante deverá apresentar os seguintes itens, respeitando e atendendo a descrição de cada item conforme a nossa descrição de produto: a) Nome comercial do produto; b) Unidade de medida dos produtos/embalagem; c) Informar a quantidade; d) Informar valor unitário por unidade de medida: valor por unidade do item e valor total da quantidade.



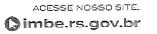


4. LEVANTAMENTO DA DEMANDA

4.1. Tabela de relação de produtos:

Item	Cód. CATMAT	Cód. GRP	Descrição	Apresentação	Quantia Estimada
1	433067	39985	Bromadiolone 0,005% para controle de ratos, isca em blocos extrusados embalados individualmente, blocos de no máximo 25g e entregue em embalagem original de 1kg. Produto deve possui Registro no Ministério da Saúde.	Kg	200 Quilos
2	380125	39986	Bromadiolone 0,005% para controle de ratos, em pellets parafinados embalado em pacotes/sachês individualizados de no mínimo 25g e entregue em embalagem original de 1kg. Produto deve possui Registro no Ministério da Saúde.	Kg	700 Quilos
3	484679	39975	Inseticida piretróide com ingredientes ativos, com concentração de Alfacipermetrina 3% m/v + Flufenoxuron 3% m/v, para combater as seguintes pragas: aranhas marrom, baratas, barbeiros, carrapatos, cascudinhos, escorpiões,		500 Unidades









			formigas, moscas, mosquitos, percevejos, pulgas e traças. Produto deve possuir Registro no Ministério da Saúde. Apresentação líquida em		
4	417136	37150	embalagem de 1 Litro. larvicida: bacillus thuringiensis, sorotipo israelenses, cepa avaliada e aprovada pela Organização Mundial de saúde, em glânulos dispersíveis em água, (combate ao aedes aegypti), para aplicação em locais com água para consumo, caixas, calhas, ferro velho, depósitos e também em locais de difícil acesso com atomizador, apresentação em potes de 1/2kg, com Registro no Ministério da Saúde.	Pote	520 Potes
5	412422	37151	larvicida: bacillus thuringiensis, sorotipo israelenses, cepa avaliada e aprovada pela Organização Mundial de saúde, em glânulos de sabugo de milho, (combate ao aedes aegypti), para aplicação em locais de difícil acesso, água com vegetação e fossa, apresentação em sacos entre 18kg a 20kg, com Registro no Ministério da Saúde.	Sacos	80 Sacos

As quantidades da Tabela do item 4.0 são suficientes para atender as demandas por um período de 12 (doze) até 24 (vinte e quatro) meses e foram definidas com base na última ARP feito no ano anterior e conforme a saída em estoque.

AMOSTRA: 4.2.

Não se aplica. 4.2.1.





5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Das soluções:

- 1. Aquisição dos produtos através do sistema de registro de preços;
- 2. Aquisição dos produtos através de Pregão por Aquisição;
- 3. Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante;

5.2. Da Análise:

Solução 1 – Uma das vantagens de utilizar uma ata de registro de preços é justamente a possibilidade de adquirir os itens de forma fracionada, ou seja, a cada nova necessidade de aquisição, é possível consultar a ata e escolher o fornecedor que oferece as melhores condições naquele momento. Dessa forma, não há a necessidade de adquirir grandes lotes de produtos de uma só vez, o que pode gerar estoques excessivos e encargos financeiros desnecessários.

Solução 2 — Se faz necessário que se faça estoque e os materiais/insumos não utilizados podem perder sua validade, considerando que a necessidade é variável, proporcional à demanda.

Solução 3 – Não há Pregões para registrar intenção de Registro de Preços junto a outro órgão.

5.3 **Da Conclusão:**

A aquisição por sistema de registro de preços é a solução mais viável considerando que a demanda é flutuante e a perda de materiais/insumos vencidos é onerosa. Sendo assim a opção mais vantajosa para administração pública.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O custo estimado para registro de preços dos objetos estará em anexo a este Estudo Técnico Preliminar, seguindo preços unitários referenciais levantados na pesquisa de preços realizada no site de pesquisa do Licitacon, utilizados para embasar a pesquisa de preços que integram o Pedido de Compra n° 2025/166.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Do Objeto:

Registro de Preços visando eventual e futura aquisição de produtos para Vigilância Sanitária e Ambiental do Município. Esses produtos incluem larvicidas, raticidas e inseticidas para uso dos Agentes dos departamentos supracitados e tem por objetivo o combate e controle de pragas, como mosquitos da dengue e também ratos, baratas e demais insetos que podem apresentar problemas para os prédios públicos e no município em geral.

7.2. Prazo de Vigência:

O Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses caso verificado vantajosidade à administração pública.







- 7.3. Das Obrigações da Contratada:
- 7.3.1. Todas as despesas referentes à logística/entrega serão de responsabilidade da licitante vencedora do respectivo item, sendo vedada a vinculação de qualquer regra como quantidades e/ou valores mínimos para aquisição e entrega.
- 7.3.2. Substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da notificação, produto caso se constate avarias e/ou defeitos de fabricação. Também, arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus colaboradores quando da entrega dos produtos.
- 7.3.3. Fornecer diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela contratante.
- 7.3.4. Referente ao **Item 3 (Inseticida Piretróide)**, conforme previsto na resolução CONAMA 465/2014 e Decreto 4074/02, a empresa contratada que fornecerá o produto deverá realizar o recolhimento das embalagens vazias, tendo o prazo de até 01 (um) ano para o recolhimento, contado da data de sua compra, e podendo ser prorrogado em até 06 (seis) meses após o término do prazo de validade.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Optamos por parcelar a contratação, tendo em vista que os itens podem ser ofertados por fornecedores distintos.

9. ROTINA/ETAPAS (MODELO) DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. PRAZOS E FORMA DE COMUNICAÇÃO:

- 9.1.1. O prazo de entrega dos insumos é de 20 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única ou parcelada, respeitando as quantidades informadas na Nota de Empenho. A Nota de Empenho será enviada digitalmente para o e-mail informado pela licitante vencedora.
- 9.1.2. A comunicação entre a Prefeitura Municipal de Imbé e a empresa ocorrerá por intermédio de um dos Gestores de Contrato ou por um dos Fiscais de Contrato relacionados no item 11, por meio dos telefones e e-mails:
 - Telefone e e-mail do Setor Administrativo da Saúde: (51) 3627-8530;
 e-mail: saudeadm@imbe.rs.gov.br;
 - Telefone e e-mail do Almoxarifado da Saúde: (51) 3627-8564; e-mail: almoxsaude@imbe.rs.gov.br.
- 9.1.3. A empresa deverá confirmar o recebimento do e-mail da solicitação.
- 9.1.4. A empresa deverá manter seus dados de contato, como e-mail, telefone e endereço atualizados junto à Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. LOCAL/HORÁRIO:

9.2.1. Os itens deverão ser entregues em horário comercial (das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00), em conformidade com as especificações e quantidades informadas na Nota de Empenho, no Almoxarifado da Secretaria





Municipal de Saúde, localizado na Av. Paraguassú, nº 2070 (antigo nº 2.017 fundos).

9.3. ACONDICIONAMENTO:

- 9.3.1. Os itens deverão ser acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas ao transporte.
- 9.3.2. Todas as despesas referentes à logística/entrega serão de responsabilidade da licitante vencedora do respectivo item, sendo vedada a vinculação de qualquer regra como quantidades e/ou valores mínimos para aquisição e entrega.
- 9.3.3. Os produtos entregues deverão conter todas as informações sobre os mesmos, em língua Portuguesa, na forma aprovada pela ANVISA/MS, a data de validade e o número do lote deverão estar impressos ou gravados em todas as unidades de apresentação do produto (caixa, frasco, envelope, etc.).
- 9.3.4. Para os produtos que apresentam embalagens unitárias, essas também deverão conter as informações de validade, número de lote, composição e a identificação com os símbolos de risco. Devem apresentar também os ingredientes ativos, modos de uso e quantidades dos princípios ativos (formulação/concentração), nome e endereço do fabricante, e todas as informações necessárias relativas à legislação brasileira de agrotóxicos, instruções de segurança e de uso do produto.

9.4. REGIME DE EXECUÇÃO:

9.4.1. Não se aplica.

9.5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

9.5.1. Não se aplica.

9.6. SUBCONTRATAÇÃO E/OU TERCEIRIZAÇÃO:

9.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

9.7. ACOMPANHAMENTO:

9.7.1. Não se aplica.

9.8. PROVA:

9.8.1. Não se aplica.

9.9. TROCA DE PEÇAS:

9.9.1. Não se aplica.

9.10. SAC/SUPORTE TÉCNICO:

9.10.1. Não se aplica.

9.11. **LIMPEZA**:

9.11.1. Não se aplica.

9.12. GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO:







9.12.1. O prazo de validade dos produtos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses a contar do recebimento dos mesmos. Caso sejam apresentados com data de validade menor de 12 meses, a empresa deverá emitir um documento responsabilizando-se da troca do mesmo.

9.13. GARANTIA DE PROPOSTA:

9.13.1. Não se aplica.

9.14. GARANTIA CONTRATUAL:

9.14.1. Não se aplica.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

10.1. A aquisição destes produtos tem como objetivo manter o controle de pragas atuante para uma maior tranquilidade da população. Realizar o combate ativo e preventivo ao *Aedes Egypti* é algo primordial para as Vigilâncias em Saúde, evitando situações endêmicas da dengue. Para os inseticidas e raticidas, estes garantem que nossos prédios públicos, como escolas e postos de saúde, se mantenham livres de quaisquer infestações dos animais em questão, combatendo a ocorrência de doenças ou contaminações de alimentos e produtos ofertados à população.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO):

11.1. Em atendimento ao *caput* e § 2º do Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020, segue a indicação do (s) Gestores de Contrato e Fiscais de Contrato para providências de emissão de Portaria de designação, para atuação junto a contratação.

Secretaria Municipal de Saúde				
Designação	Nome	Matrícula	Cargo	
Gestor de Contrato Titular	Milene Pinheiro Machado	13650	Técnico em contabilidade	
Gestor de Contrato Suplente	Barbara de Oliveira Fernandes	16062	Agente Administrativo	
Fiscal de Contrato Definitivo	Maria Elisa Menezes Silva	14610	Assessor Especial	
Fiscal de Contrato Definitivo	Isabel Porto Teixeira Alves	14064	Vigilante Sanitário	
Fiscal de Contrato Provisório	Jailson Rocha	14819	Dirigente de setor	

T





Fiscal de Contrato Provisório	Marcia Silvestre de Oliveira	16941	Oficial Administrativo
Fiscal de Contrato Provisório	Edson Kuhlmann	17819	Estoquista
Fiscal de Contrato Provisório	Jordana Groth Mingure	15108	Assessor
Fiscal de Contrato Provisório	Carla Adriana Teixeira de Oliveira	17541	Recepcionista

- a) No recebimento deverão ser adotados os procedimentos relacionados a seguir, **prevendo entre outros e se o caso**:
- b) O objeto contratado será recebido de forma provisória e definitiva, conforme prevê o Art. 140 da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e o Art. 12 do Decreto Municipal nº 3.810, de 11/12/2020, observando o disposto a seguir:
- **11.2 PROVISORIAMENTE**, por um dos Fiscais de Contrato designado por meio de Portaria especificamente para fiscalização da Ata de Registro de Preço gerado a partir deste ETP, para efeito de posterior verificação da conformidade do (s) produtos) com as especificações exigidas, devendo no recebimento provisório o Fiscal de Contrato, entre outros:
- 11.2.1. CONFERIR OS DADOS <u>BÁSICOS</u> DA NOTA FISCAL/FATURA: Conferir e somente autorizar a descarga dos produtos se os dados da Prefeitura estiverem corretos (Nome, CNPJ, endereço), se o número e ano da Nota de Empenho constar corretamente na Nota Fiscal/Fatura, e se o (s) produto (s) for (em) da marca estabelecida na Nota de Empenho, sendo proibido a descarga de produtos sem a apresentação/entrega da respectiva Nota Fiscal/Fatura. Caso a marca seja diferente da estabelecida na Nota de Empenho, verificar junto ao Gestor do Contrato se foi feito apostilamento para a troca de marca.
- 11.2.2. **CONFERIR QUANTITATIVAMENTE**: No caso de produtos, conferir se a descrição e a quantidade de volumes entregues estão de acordo com a Nota Fiscal/Fatura, se as embalagens estão em bom estado (sem sinais de quebra, umidade, amassado, entre outros danos) e devidamente acondicionadas.
- 11.2.3. **REGISTRAR EVENTUAL OCORRÊNCIA**: Constada alguma avaria ou problema o Fiscal de Contrato responsável pelo recebimento provisório deve escrever ou carimbar no canhoto da Nota Fiscal/Fatura e no recibo do frete "Embalagem danificada. Sujeito à conferência pelo solicitante e possível indenização". Caso o dano seja no produto, o Fiscal de Contrato responsável pelo recebimento provisório deverá recusar o recebimento.
- 11.2.4. **RELATÓRIO EXECUÇÃO DO SERVIÇO**: Não se aplica.
- 11.3. **DEFINITIVAMENTE**, em até 3 (três) dias uteis a contar do ateste provisório por um segundo Fiscal de Contrato, designado por meio de Portaria especificamente para fiscalização, devendo no recebimento definitivo o Fiscal de Contrato, entre outros:
- 11.3.1. **CONFERIR OS DADOS DA NOTA FISCAL/FATURA**: Conferir no Portal da Nota Fiscal Eletrônica www.nfe.fazenda.gov.br ou diretamente no site







do órgão emissor a autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica, quando for o caso, e se:

- a) A descrição do serviço, valor unitário e valor total estão de acordo com o disposto no Termo de Referência, Edital da licitação, proposta de preço da empresa vencedora e Nota de Empenho;
- b) Os dados da Prefeitura Municipal de Imbé e da Nota de Empenho estão corretamente informados na Nota Fiscal/Fatura;
- **c)** A Nota Fiscal/Fatura apresenta rasura, e caso positivo solicitar a substituição da mesma;
- d) A data de emissão da Nota Fiscal/Fatura é posterior a data de emissão da Nota de Empenho e da autorização do serviço quando for o caso.
- 11.3.2. **CONFERÊNCIA QUALITATIVA**: Conferir se o bem/produto/serviço entregue está de acordo com o pactuado:
 - · Se o bem/produto está dentro do prazo de validade;
 - Se bem/produto tem o registro em órgão de controle (Anvisa, Inmetro, etc), quando for o caso;
- 11.3.3. **ANALISAR OS RELATÓRIOS:** Analisar os Relatórios emitidos pelo Fiscal de Contrato do recebimento provisório e eventuais documentos, emitindo relatório com as recomendações ao Gestor de Contrato.
- 11.4. O não atendimento de qualquer condição pactuada impedirá o ateste do recebimento definitivo, devendo neste caso ser formalizado a empresa vencedora as inconformidades encontradas e o prazo para as correções necessárias, que deverão ser feitas sem custos adicionais para a Prefeitura Municipal de Imbé.
- 11.5. Na hipótese prevista no item 11.4, o prazo de 3 dias úteis para o ateste definitivo será interrompido e a contagem retomada somente após sanadas as pendências, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.
- 12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:
- 12.1. Não se aplica.
- 13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:
- 13.1. Não se aplica.
- 14. IMPACTOS AMBIENTAIS:
- 14.1. Não se aplica.
- 15. JUSTIFICATIVA DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E JULGAMENTO:
- 15.1. Os produtos relacionados no item 4 terem seu julgamento do tipo MENOR PREÇO por ITEM.
- 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- 16.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto de que trata o presente Estudo Técnico Preliminar correrão pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):





ÓRGÃO: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS PROGRAMA: 0120 - IMBÉ PARA VIVER SEMPRE BEM E COM

SAÚDE

AÇÃO: 2511 – Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde Tipo de Recurso: 1659 (Outros Recursos Vinculados à Saúde) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.11.00.00.00 – Material Químico

17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

17.1. Dessa forma, entende-se que a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar demonstrou que o objeto a ser adquirido atende a todas exigências normativas, o planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos e vai suprir adequadamente às demandas do Município de Imbé.

Imbé, 27 de fevereiro de 2025.

Elaborado por:

Thales José Paz Agente Administrativo Matricula nº 17364

Thales José Paz Agente Administrativo

Isabel Porto Teixeira Alves Vigilância Sanitária

Maria Elisa Menezes Silva Vigilância Ambiental

Menezes Silva sora Especial gilancia Ambiental Matricula: 14610

Revisado por:

Milene Pinheiro Machado Técnica em Contabilidade Matrícula 13.650

J